

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	40
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	625.841.370
Preferenciais	0
Total	625.841.370
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.016.933	2.023.807
1.01	Ativo Circulante	25.190	30.941
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.652	13.768
1.01.03	Contas a Receber	8.958	8.791
1.01.03.01	Clientes	8.943	8.751
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15	40
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Relacionadas	15	40
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.137	2.982
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.137	2.982
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.072	1.330
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.371	4.070
1.01.08.03	Outros	1.371	4.070
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	1.209	3.908
1.01.08.03.20	Outros	162	162
1.02	Ativo Não Circulante	1.991.743	1.992.866
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	71.215	65.078
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.121	4.058
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	2.121	4.058
1.02.01.06	Tributos Diferidos	65.216	54.915
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	65.216	54.915
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.342	1.271
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.536	4.834
1.02.01.09.03	Déposito judicias	2.536	4.834
1.02.03	Imobilizado	6.602	6.549
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.602	6.549
1.02.04	Intangível	1.911.207	1.917.891
1.02.04.01	Intangíveis	1.911.207	1.917.891
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.911.207	1.917.891
1.02.05	Diferido	2.719	3.348

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.016.933	2.023.807
2.01	Passivo Circulante	110.295	116.093
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.103	6.147
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.103	6.147
2.01.02	Fornecedores	8.955	11.836
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.955	11.836
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.506	2.860
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.619	1.678
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.619	1.678
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	887	1.182
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	63.733	62.852
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.733	62.852
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	63.733	62.852
2.01.05	Outras Obrigações	12.657	17.703
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.131	3.697
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	554	3.028
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	577	669
2.01.05.02	Outros	11.526	14.006
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	9.736	12.464
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	410	399
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	1.380	1.143
2.01.06	Provisões	15.341	14.695
2.01.06.02	Outras Provisões	15.341	14.695
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	15.284	14.638
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	57	57
2.02	Passivo Não Circulante	1.074.415	1.078.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	561.776	576.479
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	561.776	576.479
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	561.776	576.479
2.02.02	Outras Obrigações	426.956	419.568
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	419.417	412.516
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	419.417	412.516
2.02.02.02	Outros	7.539	7.052
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	7.539	7.052
2.02.04	Provisões	85.683	82.423
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43.945	42.080
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	138	155
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.138	25.855
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	17.669	16.070
2.02.04.02	Outras Provisões	41.738	40.343
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	41.738	40.343
2.03	Patrimônio Líquido	832.223	829.244
2.03.01	Capital Social Realizado	909.789	886.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-77.566	-57.545

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	65.783	140.466
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-70.797	-130.159
3.03	Resultado Bruto	-5.014	10.307
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.807	-2.314
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.912	-2.340
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-4.539	-1.920
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-373	-420
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	105	26
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.821	7.993
3.06	Resultado Financeiro	-20.501	-16.622
3.06.01	Receitas Financeiras	435	809
3.06.01.01	Receitas Financeiras	435	809
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.936	-17.431
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.936	-17.431
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-30.322	-8.629
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.301	2.931
3.08.02	Diferido	10.301	2.931
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.021	-5.698
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.021	-5.698
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,03200	-0,01320
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,03200	-0,01320

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.021	-5.698
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.021	-5.698

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.004	8.309
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.574	25.711
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-20.021	-5.698
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	28.999	17.158
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	2	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-10.301	-2.931
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-48	-41
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	5.896	7.778
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimo	12.289	8.564
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	835	768
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	2.339	-1.783
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	5.584	1.896
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.757	-18.749
6.01.02.01	Contas a receber	-192	-155
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	25	-8
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-112	-1.052
6.01.02.05	Depósitos judiciais	2.298	4.696
6.01.02.06	Fornecedores	3.183	-2.356
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-872	596
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-3.119	-156
6.01.02.09	Obrigações sociais	956	765
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	6.203	-5.685
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-6.701	-820
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-474	-625
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-12.952	-13.949
6.01.03	Outros	187	1.347
6.01.03.02	Despesas antecipadas	187	1.661
6.01.03.04	Outros créditos	0	-314
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.106	-83.405
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-291	-744
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-26.757	-82.529
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.240	-979
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	3.182	847
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.986	80.896
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-14.594	-13.326
6.03.14	Aumento de capital	23.000	90.500
6.03.15	Risco Sacado	-420	3.722
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.116	5.800
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.768	7.426
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.652	13.226

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000	0	0	0	0	23.000
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000	0	0	0	0	23.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.021	0	-20.021
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.021	0	-20.021
5.07	Saldos Finais	909.789	0	0	-77.566	0	832.223

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.500	0	0	0	0	90.500
5.04.01	Aumentos de Capital	90.500	0	0	0	0	90.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.698	0	-5.698
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.698	0	-5.698
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.698	5.698	0	0
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucro	0	0	-5.698	5.698	0	0
5.07	Saldos Finais	690.789	0	4.501	0	0	695.290

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	70.517	144.800
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.833	49.699
7.01.02	Outras Receitas	17.684	95.101
7.01.02.01	Receitas do Serviços de Construção	17.270	94.982
7.01.02.02	Outras	414	119
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.089	-108.366
7.02.04	Outros	-39.089	-108.366
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-10.086	-8.412
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-17.270	-94.982
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-2.942	-2.457
7.02.04.04	Custos da Concessão	-1.721	-1.645
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-5.584	-1.896
7.02.04.06	Outros	-1.486	1.026
7.03	Valor Adicionado Bruto	31.428	36.434
7.04	Retenções	-28.999	-17.158
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.999	-17.158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.429	19.276
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.404	13.651
7.06.02	Receitas Financeiras	435	809
7.06.03	Outros	3.969	12.842
7.06.03.02	Juros Capitalizados	3.969	12.842
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.833	32.927
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.833	32.927
7.08.01	Pessoal	7.210	6.516
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.575	4.902
7.08.01.02	Benefícios	1.292	1.268
7.08.01.03	F.G.T.S.	343	346
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.596	1.486
7.08.02.01	Federais	-8.272	-1.001
7.08.02.02	Estaduais	19	0
7.08.02.03	Municipais	2.657	2.487
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.120	17.760
7.08.03.01	Juros	12.290	8.565
7.08.03.02	Aluguéis	396	454
7.08.03.03	Outras	4.434	8.741
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	1.745	7.756
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	2.689	985
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.021	-5.698
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.021	-5.698
7.08.05	Outros	8.120	12.863
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	5.896	7.777
7.08.05.02	Juros Capitalizados Parte Relacionada	2.224	5.086

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Niterói-RJ, 10 de maio de 2018 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2018 (1T18), findo em 31 de março de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T18 o tráfego pedagiado foi de 10.112 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T17 o tráfego foi 2,1% inferior. Na comparação com o 4T17 houve uma redução de 2,4%. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita e fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- No 1T18 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 70,4 milhões contra R\$ 144,8 milhões do 1T17 e R\$ 81,1 milhões do 4T16. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 6,3% em comparação ao mesmo período de 2017 (R\$ 52,8 milhões x R\$ 49,7 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2018. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um decréscimo de 81,8% em comparação a 2017 devido ao menor volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais reduziram 59,6% em relação ao 1T17. O maior impacto dessa redução foram os custos de construção que reduziram 81,8% em função do menor volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Em compensação existiu um aumento de 194,5% nas provisões para manutenção de rodovia devido a finalizações de obras.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 19,2 milhões no 1T18 com um aumento de 633,9% se comparamos aos R\$ -3,6 milhões apresentado no 4T17, comparado ao mesmo período do ano passado teve uma redução de 23,7%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias, encerrou o 1T18 em R\$ 24,8 milhões, com um aumento de 5.805,5% em relação ao 4T17 e de 8,4% em relação ao 1T17. Essa variação foi gerada, principalmente pela adição de contingência de R\$24.3 no 4T17 referente à sentença desfavorável julgando procedente a ação para declarar a nulidade dos atos administrativos emanados pela ANTT que autorizaram a cobrança da tarifa de pedágio pela Sociedade, ante a ausência de comprovação da conclusão dos "Trabalhos Iniciais" detalhados no PER.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 1T18 foi negativo em R\$ 20,5 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 4T17 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 18,8 milhões esse aumento foi pelas correções monetárias das contingências regulatórias devido ao aumento da tarifa de pedágio em fevereiro de 2018.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 1T18 um prejuízo de R\$ 20 milhões e no 1T17 de R\$ 5,7 milhões. O resultado está justificado principalmente pelos maiores custos; amortizações do intangível; despesas financeiras e provisão para manutenção de rodovias registrados no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T18 em R\$ 625,5 milhões, ante R\$ 639,3 milhões registrado no 4T17, a redução foi devido às amortizações de juros e principal e por não existirem novas liberações de subcréditos do empréstimo junto ao BNDES. Já o endividamento líquido encerrou 1T18 em R\$ 612,7 milhões contra R\$ 621,5 milhões do 4T18 devido à redução de caixa no 1T18 da companhia.

Investimentos

- No 1T18, foram investidos R\$ 27 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
Fluminense	10.112	10.364	10.324	-2,4%	-2,1%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	70.414	81.188	144.774	-13,3%	-51,4%
Receitas de pedágio	52.833	51.834	49.699	1,9%	6,3%
Receitas de obras	17.270	28.502	94.982	-39,4%	-81,8%
Receitas acessórias	311	852	93	-63,5%	234,4%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.631)	(4.854)	(4.308)	-4,6%	7,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	65.783	76.334	140.466	-13,8%	-53,2%
CUSTOS E DESPESAS	(46.605)	(79.926)	(115.315)	-41,7%	-59,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e de	(18.965)	(18.730)	(16.144)	1,3%	17,5%
Custo dos serv. de construção	(17.270)	(28.502)	(94.982)	-39,4%	-81,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depi	(4.518)	(28.781)	(1.293)	-84,3%	249,4%
Remuneração da administração	(373)	(314)	(420)	18,8%	-11,2%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(5.584)	(3.158)	(1.896)	76,8%	194,5%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	105	(441)	(580)	-123,8%	-118,1%
EBITDA	19.178	(3.592)	25.151	633,9%	-23,7%
Margem EBITDA	29,2%	-4,7%	17,6%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(28.999)	(27.826)	(17.158)	4,2%	69,0%
Depreciação de imobilizado	(237)	(22)	(22)	977,3%	977,3%
Amortização do intangível	(28.133)	(27.170)	(16.502)	3,5%	70,5%
Amortização do diferido	(629)	(634)	(634)	-0,8%	-0,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(20.501)	(18.783)	(16.622)	9,1%	23,3%
Receitas financeiras	435	209	809	108,1%	-46,2%
Despesas financeiras	(20.936)	(18.992)	(17.431)	10,2%	20,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(30.322)	(50.201)	(8.629)	-39,6%	251,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES	10.301	16.838	2.931	-38,8%	251,5%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	10.301	16.838	2.931	-38,8%	251,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(20.021)	(33.363)	(5.698)	-40,0%	251,4%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
EBITDA *	19.178	(3.592)	25.151	633,9%	-23,7%
(*) Provisão para manutenção de rodovias	5.584	3.158	1.896	76,8%	194,5%
EBITDA Ajustado *	24.762	(434)	27.047	-5805,5%	-8,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida do desempenho operacional dada pela Lucra antes das Juras, Impartar, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada na prática contábil e também não representa fluxo de caixa para ar período apresentado, não devendo ser considerada como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade do indicador de liquidez. O EBITDA não tem significação padronizada e, portanto, não pode ser comparada ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão para manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fluminense S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$85.105 (R\$85.152 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

2. CONCESSÕES

No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 31 de março de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de

Notas Explicativas

R\$39.753 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2018, o montante de R\$789.306 (R\$821.478 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$291.855 (R\$272.483 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$1.241.016.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente a R\$31.200 em novas obras que já estão em andamento não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Ativos e passivos financeiros

Notas Explicativas

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	13.768	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	8.751	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	40	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos recebíveis	4.058	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	Empréstimos recebíveis	162	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	638.377	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	412.516	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	24.300	Custo amortizado
Fornecedores - Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	954	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.697	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	399	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.143	Custo amortizado

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Notas Explicativas

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de *impairment*

O CPC 48 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma atual. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	2.662	2.584
Aplicações financeiras (*)	<u>7.990</u>	<u>11.184</u>
Total	<u>10.652</u>	<u>13.768</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 96,31% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.766	7.785
Cupons de pedágio a receber	311	-
Cartões de pedágio a receber	66	367
Receitas acessórias a receber	796	599
Outras receitas a receber	4	-
Total	<u>8.943</u>	<u>8.751</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.322)	(8.629)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	10.309	2.934
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(8)	(3)
Total	<u>10.301</u>	<u>2.931</u>
Receitas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	10.301	2.931
	<u>10.301</u>	<u>2.931</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	<u>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	126.708	101.961
Provisão de participação nos lucros	3.097	2.493
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	43.945	42.080
Outras provisões	584	614
Provisão para manutenção de rodovias	57.022	54.981
Amortização acumulada de obras futuras	5.308	5.036
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.667	3.667
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(17)	(10)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>240.314</u>	<u>210.822</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>81.707</u>	<u>71.679</u>
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	10.622	9.810
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(104)	(96)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(48.502)</u>	<u>(49.306)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(16.491)</u>	<u>(16.764)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>65.216</u>	<u>54.915</u>

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	1.252
2019	10.061
2020	10.067
2021	10.067
Após 2021	<u>50.260</u>
	<u>81.707</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2018 o saldo é de R\$2.121 (R\$4.058 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,61% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2017	1.179	1.592	721	656	3.535	1.184	8.867
Adições	74	38	-	-	84	95	291
Alienações/baixas	(25)	-	-	1.242	30	(1.272)	(25)
Saldo em 31.03.2018	1.228	1.630	721	1.898	3.649	7	9.133
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(432)	(482)	(41)	(484)	(879)	-	(2.318)
Depreciações	(27)	(27)	(22)	(23)	(137)	-	(236)
Alienações/baixas	23	-	-	-	-	-	23
Saldo em 31.03.2018	(436)	(509)	(63)	(507)	(1.016)	-	(2.531)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	747	1.110	680	172	2.656	1.184	6.549
Saldo em 31.03.2018	792	1.121	658	1.391	2.633	7	6.602
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2016	740	1.030	342	645	1.854	-	4.611
Adições	8	123	-	6	607	-	744
Alienações/baixas	-	-	41	-	-	-	41
Saldo em 31.03.2017	748	1.153	383	651	2.461	-	5.396
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(356)	(403)	(17)	(424)	(651)	-	(1.851)
Depreciações	(18)	(13)	(5)	(15)	(50)	-	(101)
Saldo em 31.03.2017	(374)	(416)	(22)	(439)	(701)	-	(1.952)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	384	627	325	221	1.203	-	2.760
Saldo em 31.03.2017	374	737	361	212	1.760	-	3.444
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.916.533	2.510	232.756	1.205	2.153.004
Adições	8.544	-	12.697	209	21.450
Transferências/reclassificações	31.259	-	(31.259)	-	-
Saldo em 31.03.2018	<u>1.956.336</u>	<u>2.510</u>	<u>214.194</u>	<u>1.414</u>	<u>2.174.454</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(234.479)	(634)	-	-	(235.113)
Amortizações	(28.104)	(30)	-	-	(28.134)
Saldo em 31.03.2018	<u>(262.583)</u>	<u>(664)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(263.247)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.682.054	1.876	232.756	1.205	1.917.891
Saldo em 31.03.2018	1.693.753	1.846	214.194	1.414	1.911.207
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.192.697	2.102	685.488	1.205	1.881.492
Adições	30.459	4	73.487	-	103.950
Transferências/reclassificações	(41)	-	-	-	(41)
Alienações/baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2017	1.223.115	2.106	758.975	1.205	1.985.401
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(148.114)	(530)	-	-	(148.644)
Amortizações	(16.406)	(23)	-	-	(16.429)
Saldo em 31.03.2017	(164.520)	(553)	-	-	(165.073)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.044.583	1.572	685.488	1.205	1.732.848
Saldo em 31.03.2017	1.058.595	1.553	758.975	1.205	1.820.328
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 31 de março de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$3.969 (R\$12.842 em 31 de março de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2018 foi de 3,98% ao ano e 5,06% ao ano em 2017.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(22.635)</u>	<u>(22.006)</u>
	<u>2.719</u>	<u>3.348</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	63.603	566.459	62.309	581.265
Risco sacado (b)	541	-	954	-
	<u>64.144</u>	<u>566.459</u>	<u>63.263</u>	<u>581.265</u>
Custo de transação	(411)	(4.683)	(411)	(4.786)
	<u>63.733</u>	<u>561.776</u>	<u>62.852</u>	<u>576.479</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2018	31.12.2017
(a)	Real	BNDES - A	TJLP+2,45%a.a.	nov/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	286.353	293.716
(a)	Real	BNDES - B e C	TJLP+2,45%a.a.	out/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	343.709	349.858
(b)	Real	Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	541	954
						<u>630.603</u>	<u>644.528</u>

Em 31 de março de 2018 o saldo de R\$541 (R\$954 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	49.492
2020	70.848
2021	76.829
2022	83.315
Após 2022	<u>285.975</u>
	<u><u>566.459</u></u>

O item "h" das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2018 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2018 o saldo de R\$8.955 (R\$11.836 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$9.736 (R\$12.464 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 31 de março de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	25
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	15	15
Total	<u>15</u>	<u>40</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	577	669
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	554	3.028
Total	<u>1.131</u>	<u>3.697</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	257.693	253.554
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	161.724	158.962
Total	<u>419.417</u>	<u>412.516</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.03.2018</u>			<u>31.03.2017</u>		
	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas/Receit as financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas/Receit as financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(8.120)	(1.144)	-	(12.864)	(1.080)
Juros Capitalizados (*)	-	2.224	-	-	5.086	-
Total	<u>-</u>	<u>(5.896)</u>	<u>(1.144)</u>	<u>-</u>	<u>(7.778)</u>	<u>(1.080)</u>

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

c) Decorrentes da 2ª, 3ª e 4ª emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com

Notas Explicativas

vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019 respectivamente para cada emissão. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	72.004	27.888	72.004	26.178
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	12.000	4.238	12.000	3.961
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,5% a.a.	35.000	10.594	35.000	9.820
			<u>119.004</u>	<u>42.720</u>	<u>119.004</u>	<u>39.958</u>

d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.607	8.000	11.304
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	12.905	9.000	12.566
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.556	6.000	8.331
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	9.859	7.000	9.598
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.009	5.000	6.823
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.126	8.000	10.830
13.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	11.306	18.000	10.813
18.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	11.796	20.000	11.261
15.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	11.235	20.000	10.728
10.02.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	11.023	20.000	10.520
15.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	10.271	20.000	9.780
			<u>141.000</u>	<u>116.693</u>	<u>141.000</u>	<u>112.554</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de março de 2018 no valor de R\$4.819 (R\$28.848 em 31 de março de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$268, a título de remuneração de seus administradores, incluídos os encargos, adicionado de R\$105 relativos ao rateio da "Holding", que totaliza R\$371 (R\$420 em 31 de março de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as

Notas Explicativas

obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$3.097 e R\$2.493.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2018
Cíveis	25.855	806	(90)	(432)	-	26.138
Trabalhistas	155	-	(5)	(13)	-	138
Regulatório	16.070	3	-	(29)	1.625	17.669
Total	42.080	809	(95)	(474)	1.625	43.945

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2017
Cíveis	1.584	211	-	(561)	-	1.234
Trabalhistas	84	43	-	(37)	-	90
Regulatório	14.309	166	(2.203)	(27)	-	12.245
Total	15.977	420	(2.203)	(625)	-	13.569

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$17.669 (R\$16.070 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos

Notas Explicativas

representam o montante de R\$5.848 em 31 de março de 2018 (R\$4.850 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$2.536 em 31 de março de 2018 (R\$4.834 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2017	57	14.638	40.343
Adições/Reversões	-	-	5.584
Utilizações	-	(4.371)	-
Ajuste a valor presente	-	-	828
Transferências	-	5.017	(5.017)
Saldo em 31.03.2018	<u>57</u>	<u>15.284</u>	<u>41.738</u>

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2016	5.292	15.635	32.828
Adições/Reversões	-	-	1.896
Utilizações	(3.988)	-	-
Ajuste a valor presente	22	-	749
Transferências	-	(744)	744
Saldo em 31.03.2017	<u>1.326</u>	<u>14.891</u>	<u>36.217</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2018, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$3.123 (não houve realizações em 31 de março de 2017).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$991.789, composto por 625.841.370 ações ordinárias e sem valor nominal integralizados pelo valor de R\$909.789 (R\$886.789 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do período findo em 31 de março de 2018 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 21 de agosto de 2017 no montante de R\$23.000.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receita de serviços prestados	52.833	49.699
Receita de serviços de construção	17.270	94.982
Outras receitas	311	93
	<u>70.414</u>	<u>144.774</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receita bruta	70.414	144.774
ISSQN	(2.644)	(2.480)
PIS	(351)	(325)
COFINS	(1.618)	(1.501)
Outras deduções	(18)	(2)
Receita líquida	<u>65.783</u>	<u>140.466</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.010)	(1.942)
Serviços de terceiros	(412)	(253)
Manutenção de bens e conservação	(291)	(241)
Consumo	(318)	(385)
Transportes	(113)	(79)
Seguros/Garantias	(2)	(2)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(714)	1.783
Comunicação e marketing	(183)	(174)
Publicações legais	(180)	(131)
Depreciação / Amortização	(21)	(21)
Outros	(295)	(475)
Total	<u>(4.539)</u>	<u>(1.920)</u>
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(4.826)	(4.153)
Serviços de terceiros	(6.086)	(5.147)
Conservação	(4.132)	(3.315)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(280)	(191)
Consumo	(1.011)	(894)
Transportes	(676)	(710)
Verba de Fiscalização	(1.219)	(1.176)
Seguros / Garantias	(503)	(465)
Provisão de manutenção em rodovias	(5.584)	(1.896)
Custos de serviços da construção	(17.270)	(94.982)
Depreciação / Amortização	(28.978)	(17.137)
Outros	(232)	(93)
Total	<u>(70.797)</u>	<u>(130.159)</u>

Notas Explicativas

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	143	213
Outras receitas	<u>292</u>	<u>596</u>
Total	<u>435</u>	<u>809</u>
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(18.185)	(16.342)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(835)	(768)
Outras despesas	<u>(1.916)</u>	<u>(321)</u>
Total	<u>(20.936)</u>	<u>(17.431)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	11.210	31.566
Juros capitalizados	3.969	12.842
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(20.486)	(22.987)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do período	(20.021)	(5.698)
Número de ações durante período	625.841	431.034
Prejuízo por ação	<u>(0,0320)</u>	<u>(0,0132)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	<u>31.03.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	10.652	-	13.768	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	8.943	-	8.751
Partes relacionadas	Nível 2	-	15	-	40
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.121	-	4.058	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	162	-	162
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	624.969	-	638.377
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	419.417	-	412.516
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	18.691	-	24.300
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	540	-	954
Partes relacionadas	Nível 2	-	1.131	-	3.697
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	410	-	399
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.380	-	1.143
		<u>12.773</u>	<u>1.075.658</u>	<u>17.826</u>	<u>1.090.339</u>

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,34%	7,93%	9,51%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(26.592)	(33.239)	(39.887)
Receita de aplicações financeiras	513	641	769
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(26.079)</u>	<u>(32.598)</u>	<u>(39.118)</u>
TJLP	6,75%	8,44%	10,13%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(42.529)	(53.161)	(63.794)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(42.529)</u>	<u>(53.161)</u>	<u>(63.794)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(68.608)</u>	<u>(85.759)</u>	<u>(102.912)</u>

Notas Explicativas

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2018 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$7.766 (R\$7.785 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
BNDES Automático	7,72%	82.710	110.280	110.280	110.280	546.903	960.453
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	541	-	-	-	-	541
Partes relacionadas	11,81%	-	465.116	-	-	-	465.116
Fornecedores partes relacionadas	-	1.131	-	-	-	-	1.131
Fornecedores e cauções contratuais	-	18.691	-	-	-	-	18.691
Outras contas a pagar	-	1.380	-	-	-	-	1.380
		<u>104.453</u>	<u>575.396</u>	<u>110.280</u>	<u>110.280</u>	<u>546.903</u>	<u>1.447.312</u>

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	Total
BNDES Automático	7,72%	27.570	27.570	27.570	27.570	110.280
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	541	-	-	-	541
Fornecedores partes relacionadas	-	1.131	-	-	-	1.131
Fornecedores e cauções contratuais	-	8.955	-	9.736	-	18.691
Outras contas a pagar	-	1.380	-	-	-	1.380
		<u>39.577</u>	<u>27.570</u>	<u>37.306</u>	<u>27.570</u>	<u>132.023</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	92.764

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.923.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de Abril e 7 de Maio de 2018, a Sociedade realizou aporte de capital de R\$6.000 e R\$2.000 respectivamente, respaldados pela Ata constituída em 21 de agosto de 2017 referente a R\$183.500 em capital subscrito.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autopista Fluminense S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão em conjunto com a revisão das informações financeiras trimestrais da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais informações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Atualmente a companhia não possui Comitês de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Atualmente a companhia não possui Comitês de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao primeiro trimestre de 2018 findo em 31 de março de 2018.

Niterói-RJ, 10 de maio de 2018.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Niterói-RJ, 10 de maio de 2018.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente